

MUNICÍPIO DE ANADIA AVANÇA COM LIMPEZA DOS TERRENOS DAS ANTIGAS ESCOLAS DO CICLO E SECUNDÁRIA

O Município de Anadia, “cansado” de esperar por uma resposta do Estado Central, decidiu levar a efeito uma ação de limpeza nas antigas escolas do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária. Os estabelecimentos, propriedade do Estado, encontram-se devolutos há mais de cinco anos e em total estado de abandono e degradação, representando um perigo para a saúde pública. Neste sentido, o executivo municipal ordenou a entrada de máquinas nas instalações das duas escolas, localizadas numa das principais entradas da cidade de Anadia, para que fosse feita a limpeza dos terrenos envolventes aos edifícios que, ainda há poucos anos, albergavam mais de um milhar de alunos.

Desde a transferência para a nova Escola Básica e Secundária, junto ao Complexo Desportivo de Anadia, estes dois parques escolares foram pura e simplesmente abandonados por parte do organismo que tutela o património do Estado. Ao longo destes anos, o Município de Anadia tem tentado fazer com que os mesmos passem para o domínio municipal, através de uma permuta de terrenos da nova escola com estes imóveis. Todavia, o assunto tem-se mantido num impasse, não se vislumbrando “uma luz ao fundo do túnel” para a sua resolução, o que tem preocupado seriamente o executivo municipal.

“Cansada” de esperar, a presidente da Câmara Municipal de Anadia determinou a entrada das máquinas nas antigas escolas para colocar um ponto final nesta situação degradante, que representa perigo para a segurança e saúde públicas. Maria Teresa Cardoso manifestou um grande descontentamento com esta situação, considerando-a “uma falta de respeito para com os anadienses e o Município de Anadia. O Estado simplesmente abandonou este espaço”. “O que vemos aqui é um verdadeiro atentado ambiental, uma vez que está em causa a higiene e salubridade públicas. É um atentado social, porque os edifícios transformaram-se num albergue de todo o tipo de pessoas que se refugiam nestes espaços. Finalmente, é um atentado contra o património e contra as memórias de todos aqueles que, desde 1938, então Colégio Nacional, por aqui passaram como alunos, docentes e colaboradores”, destacou.

Segundo a autarca, “o Estado tem vindo a ser notificado, há vários anos, para proceder à limpeza destes espaços, mas nunca fez nada, nem em termos de limpeza, nem para recuperar os imóveis”. A presidente considera que esta situação “é um verdadeiro incómodo para o Município de Anadia, porque temos este mau cartão de visita às portas da cidade”, sendo também de lamentar o facto de o Estado não utilizar os seus espaços, nem permitir que o Município os possa preservar.

Teresa Cardoso recordou ainda que o Município tem tentado negociar com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) para chegar a um acordo, mas, até ao momento, sem quaisquer efeitos práticos. “Foi-nos apresentada uma proposta com uma disparidade de valores. O Município para ficar com os imóveis

tinha de pagar mais de um milhão de euros ao Estado, o que era demasiado”, adiantou, sublinhando que “há edificações praticamente irrecuperáveis, assim como uma grande quantidade de amianto nos edifícios que é necessário retirar, operação que obrigará a custos elevadíssimos”.

Antes de avançar com esta medida mais drástica, o Município de Anadia notificou atempadamente o Estado, nomeadamente a DGTF, com conhecimento a vários ministérios e ao próprio Primeiro-Ministro, dando como prazo a data de 15 de julho para que fosse dada uma resposta sobre o que queriam fazer com estes imóveis e, simultaneamente, para que procedessem à sua limpeza. “Nenhum destes organismos nos deu resposta”, afirmou a edil, salientando que “o Município está a substituir-se ao Estado nesta limpeza, tomando as devidas precauções”.

Neste momento, o objetivo prioritário é limpar os terrenos envolventes aos imóveis, e restaurar toda a vedação para evitar a entrada de pessoas estranhas nos edifícios das antigas escolas. Uma das pretensões do Município de Anadia, a curto prazo, é utilizar aquele espaço para acolher os efetivos do Destacamento Territorial de Anadia da GNR, durante o tempo em que irão decorrer as obras de requalificação do quartel, cujo prazo de execução é de 12 meses. A obra já foi adjudicada e aguarda agora o visto do Tribunal de Contas para que possa avançar no terreno.



Nws_2020_166